



O PROTAGONISMO FEMININO NA LUTA OPERÁRIA DO SETOR TÊXTIL EM ALAGOAS: O CASO DAS MULHERES GREVISTAS DE FERNÃO VELHO

Sérgio Coutinho dos Santos*

Centro Universitário Tiradentes - UNIT

Centro Universitário CESMAC

couthosergio@live.com

Daniela do Carmo Kabengele**

Centro Universitário Tiradentes - UNIT

danieladecarmo@gmail.com

Jesana Batista Pereira***

Centro Universitário Tiradentes - UNIT

jesanabpereira@gmail.com

Walcler de Lima Mendes Junior****

Centro Universitário Tiradentes - UNIT

walclerjunior@hotmail.com

RESUMO: Durante a primeira metade do século XX, Alagoas teve grande relevância na indústria de tecidos nacional. Da tecelagem algodoeira, resultaram conflitos operários marcantes, ocorridos nos anos 1960. Este artigo identifica razões por que, entre as lutas operárias do período, destacou-se o protagonismo feminino nas lutas por melhores condições de trabalho, com foco na importância histórica da greve ocorrida em 1962 na Fábrica Carmen, em Maceió, Alagoas. O artigo visa analisar documentos presentes na bibliografia presente sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: gênero – Alagoas – indústria

* Doutorando em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas pelo Centro Universitário Tiradentes. Atualmente é professor titular II do Centro Universitário CESMAC.

** Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas do Centro Universitário Tiradentes UNIT AL. Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão do Centro Universitário Tiradentes UNIT AL.

*** Professora PPG Pleno I do Centro Universitário Tiradentes (UNIT/AL). Integrante do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas - SOTEPP/UNIT/AL.

**** Professor de Programa de Pós-Graduação Pleno I 2 (Professor PPG Pleno I 2) no Programa de Pós-graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas do Centro Universitário Tiradentes.

FEMALE PROTAGONISM IN THE WORKERS’ STRUGGLE OF THE TEXTILE SECTOR IN ALAGOAS: THE CASE OF THE FEMALE STRIKERS OF FERNÃO VELHO

ABSTRACT: During the first half of the 20th century, Alagoas had great relevance in the national fabric industry. The cotton weaving resulted in striking workers' conflicts, which occurred in the 1960s. This article identifies reasons why, among the workers' struggles of the period, female protagonism in the struggles for better working conditions stood out, focusing on the historical importance of the strike that occurred in 1962 at the Carmen Factory, in Maceió, Alagoas. The article aims to analyze documents present in the present bibliography on the subject.

KEYWORDS: gender – Alagoas – Industry

INTRODUÇÃO

Em 1962, ocorreu uma greve histórica para o movimento sindical alagoano e brasileiro. Os operários da indústria têxtil em Alagoas cruzaram os braços contra a inclusão de novos teares nas fábricas, com especial atenção para a Fábrica Carmen.¹ Naquele período, Alagoas estava na decadência do que foi um marco, a centralidade algodoeira para a indústria de tecidos, exportando e competindo com diversos países.

Um aspecto importante, mas pouco conhecido das manifestações, foi a greve das mulheres operárias da tecelagem em Fernão Velho. O objetivo deste artigo é examinar a greve destas mulheres como manifestação da centralidade feminina na indústria, bem como evidenciar o seu protagonismo nas manifestações. Possivelmente, uma consciência de classe insurgente parece imiscuir-se a valores rurais tradicionais do antigo sistema colonial.

Estudos realizados em Alagoas (FARIAS, 2014, 2017; LESSA, 2013; SILVA, 2019; TAVARES, 2016; TENÓRIO, LESSA, 2013) têm reunido documentos e relatos orais de trabalhadoras da Fábrica Carmen, espaço físico e identitários, onde ocorreram as manifestações. Foi fundamental, também, o acesso ao acervo do Memorial Pontes de

¹ A fábrica localizava-se nos limites da capital alagoana, em uma planície, ao lado do bairro Tabuleiro do Martins. O fácil acesso ao complexo lacunar Mundaú-Manguaba permitiu o abastecimento de água para movimentar as máquinas da fábrica e para o transporte de pessoas e mercadorias. Funcionando de 1857 a 1996, a razão social oficial da fábrica era *Companhia União Mercantil*.

Miranda, que reúne rica documentação sobre a época, preservando processos judiciais desde os anos 1940.

A memória das lutas populares na história de Alagoas passa, necessariamente, pela luta de classes e por atitudes reivindicatórias de mulheres que lutaram por seus direitos e contra diversas formas de opressão.

A INDÚSTRIA ALGODOEIRA DE ALAGOAS

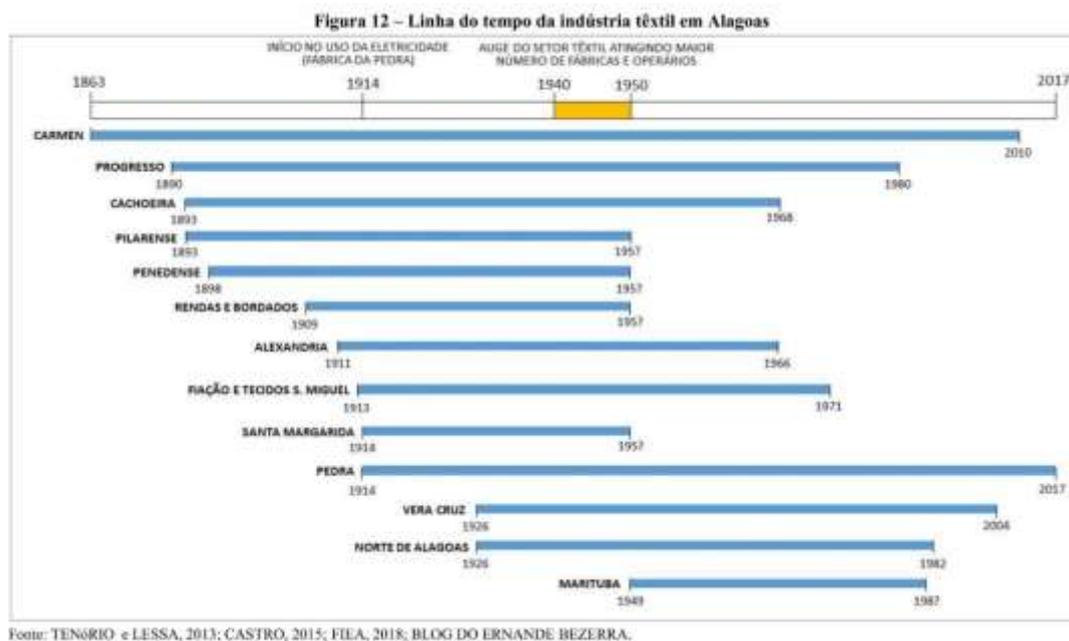
A presença da indústria algodoeira na economia alagoana não é recente. No fim do século XVIII, Alagoas extraía o “ouro branco” que era, em grande parte, exportado para a Inglaterra. Ao longo do século XIX, várias regiões dos Estados Unidos e do Brasil operaram como produtoras algodoeiras para outros países e mercados. Como explica Airton de Souza Melo, no século XIX, o Brasil se destacou como mercado produtor alternativo para os Estados Federalistas do Norte, em consequência da Guerra da Secessão que interrompeu o fornecimento da matéria prima vinda dos Estados Confederados. No século XX, em consequência da I Guerra Mundial, a produção algodoeira nacional também teve destaque, não só no fornecimento da matéria prima, mas também na produção têxtil de manufaturados para as empresas inglesas, considerando que os demais concorrentes voltavam suas atenções para a produção bélica (MELO, 2012).

Dada essa situação, era previsível que o estado de Alagoas evoluísse de mero fornecedor de algodão para a condição de produtor de manufaturados para a indústria têxtil. A Fábrica Carmen de Fernão Velho chegou a ter cerca de 5.000 empregados entre os anos 1940 e 1960 e representou a maior parte da produção têxtil de Alagoas, com poder econômico e político destacados (FARIAS, 2017). Além disso, o grupo Othon, proprietário da indústria, tinha “empresas em vários setores (hidroelétrico, canavieiro e hoteleiro) e em várias regiões do país, o que dava maior mobilidade a seu capital” (FARIAS, 2012, p. 12).

A *Companhia União Mercantil*, nome original da Fábrica Carmen, pertencia a família Machado. Até a I Guerra Mundial, a família Machado viu seu maquinário crescer de 80 para 1.000 teares, tendo sido possível ganhar medalha de melhor manufatura em Turim, na Itália, em 1911. A transição foi muito acelerada, o número de trabalhadores no chão de fábrica passou de 59 operários em 1874 para 1.860, distribuídos, distribuídos em cinco pólos produtivos (ALMEIDA, 2006).

Nas décadas seguintes, a família executou investimentos e benfeitorias ao redor do núcleo industrial em Fernão Velho: “construiu o Cine-Teatro São José, ampliou o colégio para operários, adquiriu prédios, casas e terrenos, além de transformar a antiga capela na Igreja de São José Operário, que passa a ocupar lugar de destaque, como um dos monumentos mais importantes do núcleo fabril” (FARIAS, 2012, p. 31). Em 1938, os Machados² venderam a fábrica para a família Leão³, proprietários da tradicional usina Utinga. Os novos proprietários, a exemplo da família Leão, também pertenciam ao grupo de famílias tradicionais da economia algodoeira alagoana. Uma das primeiras iniciativas dos novos proprietários foi expandir a vila operária, que já contava com 8 mil habitantes. A Figura 1 é ilustrativa da relevância da Fábrica Carmen na história do ciclo do algodão em Alagoas:

Figura 1. Linha do tempo da indústria têxtil em Alagoas



Fonte: SILVA, 2019, p. 137

² A família Machado foi a principal acionista da Fábrica até 1938. O poder econômico ainda se espalhou pelo controle que exerciam como dirigentes da Associação Comercial de Maceió (FARIAS, 2014).

³ A família Leão foi dirigente da Fábrica por cinco anos, em uma tentativa para diversificarem os negócios, que eram bem-sucedidos na indústria sucroalcooleira (FARIAS, 2014).

Em estudo encomendado pela Federação das Indústrias do Estado de Alagoas, é lembrado que a indústria têxtil, entre os anos 1930 e 1950, expandiu-se entre os municípios de Maceió, Rio Largo, São Miguel dos Campos, Pilar e Penedo. A Fábrica Carmen destacou-se como uma das primeiras não apenas do estado, mas uma das pioneiras exportadoras da matéria e seus derivados no país, tendo permitido à economia alagoana não depender exclusivamente da cana-de-açúcar. A distribuição dessa produção em vários municípios, gerava territórios de mando e poder dessas famílias algodoeiras, além de interferência direta nas disputas políticas entre vereadores, deputados, prefeitos e até para a eleição do cargo de governador do estado.

Cidades como Delmiro Gouveia, Pilar, São Miguel dos Campos, Rio Largo e Maceió tinham bancadas de vereadores saídas das chamadas ‘fábricas’. Deputados e prefeitos eleitos que dependiam do eleitorado daquelas vilas. Os candidatos a governador e aos demais cargos eletivos cortejavam os redutos de operários (TENÓRIO, 2019, p. 176).

A relevância da indústria têxtil não era uma questão restrita somente ao produto interno bruto, mas também à diversificação da base econômica. Foi por meio da cultura algodoeira que a população se fixou no interior:

Esta cultura algodoeira foi a grande responsável pelo povoamento do interior, Agreste e Sertão, ao lado da pecuária. O algodão já era usado pelos indígenas brasileiros antes mesmo da colonização portuguesa. O cais de Jaraguá era a porta de entrada do capitalismo em Alagoas, mostrando Maceió como uma ‘cidade comercial, ligada ao Atlântico no comércio pelo mar’, sendo, portanto, a ponte de desembarque da modernidade na cidade (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS, 2018, p. 26).

Os teares eram motivo de orgulho, tendo servido de ilustração de cartões postais impressos para o feriado natalino, como mostra a Figura 2:

Figura 2. Teares da Companhia União Mercantil em cartão postal.



Fonte: TAVARES, 2013, p. 71

Marcelo Tavares explica que foram produzidos, entre 1891 e 1938⁴, pelo menos, quatro cartões-postais mostrando a industrialização em Fernão Velho. Havia traduções da descrição das cenas em francês, evidenciando que deveriam circular entre clientes fora do país (TAVARES, 2013, p. 71).

Destaca-se, contra o “mantra inadequado de que a história de Alagoas é a história do açúcar (...)” (TENÓRIO, 2019, p. 175), a relevância do algodão na economia da época, através da bandeira e do brasão de armas de Alagoas, adornados com um ramo de algodão, no lugar da imagem do café, que figura mais frequentemente em bandeiras de outros estados no Brasil.

A PRESENÇA FEMININA NA INDÚSTRIA DE ALAGOAS

Diferente do que escrevia Jorge de Lima, no poema *Mulher proletária*, a mulher trabalhadora não se resumia a ser uma propriedade geradora de filhos, seja para o marido, também operário, seja para o patrão, proprietário do meio de produção.

Mulher proletária — única fábrica
que o operário tem, (fabrica filhos) tu, na tua
superprodução de máquina humana, forneces

⁴ Tavares informa que não foi possível encontrar, nas imagens encontradas no Arquivo Público de Alagoas, indicações precisas de data e autor dos cartões postais (TAVARES, 2013).

anjos para o Senhor Jesus, forneces braços
para o senhor burguês.

Mulher proletária, o operário, teu proprietário
há de ver, há de ver:
a tua produção, a tua superprodução, ao
contrário das máquinas burguesas
salvar o teu proprietário (LIMA, 1997, p. 29).

O lirismo do poema de Jorge de Lima camufla e naturaliza as injustiças operadas sobre o corpo da mulher, tornando necessário contrapor a outro poema. Rubem Ângelo, ao ser entrevistado sobre o trabalho sindical nos anos 1960 por ter sido advogado do sindicato, fala sobre as mulheres de ferro de Fernão Velho, através de *Mulheres de ferro: a greve das fiandeiras de Fernão Velho*. Em poesia, Ângelo descreveu o que acompanhou acontecendo durante as lutas operárias femininas. Apesar de extenso, é relevante citá-lo na íntegra por seu caráter inédito e por ter uma síntese dos fatos:

Na maioria, Marias.
Só Maria podiam ser
Maria, mãe de dois filhos
E como José, responder
Da fiação, um produto
Como só podia ser
Dos seus pais seguia os trilhos
Por vocação e prazer...

Foi num sábado desgosto
De infinita tristeza
Seu saldo, dentro da destra
Não dava nem pra comer
Depois do desconto imposto
No salário malvadeza
Mesmo com as horas extras
Que pensou não receber

Com o corpo todo moído
Com náuseas, câimbras e dores
Da labuta fiandeira
Nesse trabalho sofrido
Imposto aos produtores
Nas seis máquinas ronceiras
Já com seu tempo vencido
Não merecia louvores.

Bem pior que tudo isso
For a reforma ali feita
Pra não renovar o seu Parque
E aumentar a produção



Só cresceu mais serviço
Sem aumentar a receita
Dobrou canelas no muque
Imprimindo mais rotação

Todas portavam a marca:
Uma chaga nos joelhos
Causadas por alavancas
Nas maquinas inseridas
Do cristo, as chagas se invocam
Das feridas nos artelhos
Quase todas elas mancas
Do sofrimento unguidas

Boa parte do Nordeste
Naquele tempo de então
Tinha a sua economia
Baseada no algodão
Vicejava no Agreste
Fazendas em plena expansão
E o ouro branco surgia
Como a sua redenção

Falava-se desde então
Nas palavras de Caminha
Na data da descoberta
Como gênio em previsão
Teria dito o Escrivão
Se referindo ao Nordeste:
Estas terras do Agreste
Creio eu, “para algo dão”.



www.revistafenix.pro.br

No Sindicato as Marias
Pedem direito de greve
Pra conseguir na labuta
A solução bem mais breve
Que lhes garantam sem cortes
Salários sem ser de fome
Trabalho com menor luta
Jornada sem ser de morte.

Achavam não ser correto
O aumento em quantidade
Da maquinaria, por igual,
Sem o Parque renovar.
Não procederia, por certo
Dentro da Lei, o recriar
Que tornasse em validade
A alteração contratual.

Todas Marias queriam
De logo a participação
Do seu patrono efetivo

Em confronto com a Empresa
Pois nele, confiariam
Com as forças do coração
Entendendo decisivo
Seus direitos de defesa.

Sob o fogo da Empresa
Com o M.T. em omissão
Do Vice, na Governança
Procuramos a proteção.
Das Marias, na defesa
Obteve a solução
Com coragem, segurança
Venceu a incompreensão.

O acordo é celebrado
No M.T., Delegacia
Reduzindo para dois terços
As maquinas e aumento
Nas letras, no ordenado
Que elas bem mereciam
Ainda hoje se fala
Dessas tão bravas guerreiras
Da greve das fiandeiras
Dessa unidade “no berro”
Dessa força, dessa garra
Destas mulheres de Ferro

Maceió, julho de 2001
Ruben Ângelo⁵



A naturalização da maternidade, presente no poema de Jorge de Lima como única finalidade da mulher proletária, é lembrada por Haraway como um mito útil, uma “ficção reguladora”, extremamente necessária para a afirmação da dominação patriarcal nas relações de gênero. “(...) a maternidade é natural e a paternidade cultural: as mães fazem os bebês naturalmente, biologicamente. A maternidade salta à vista; a paternidade é inferida” (HARAWAY, 2004, p. 220).

Se para Haraway as abordagens marxistas não consideraram um conceito político de gênero, para Federici (2017) também Marx não teria sido útil ao ter dado “pouca importância” ao trabalho doméstico não remunerado das mulheres.

Os três tomos de *O Capital* foram escritos como se as atividades diárias que sustentam a reprodução da força de trabalho fossem de pouca importância para a classe capitalista, e como se os trabalhadores se

⁵ Entregue para Oswaldo Zaidan Filho, diretor do Memorial Pontes de Miranda na Justiça do Trabalho de Alagoas e por este encaminhado aos autores.

reproduzissem no capitalismo simplesmente consumindo os bens comprados com o salário (FEDERICI, 2017, p. 12).

Era significativa a presença de mulheres na indústria brasileira em áreas urbanas de diversas cidades. É possível perceber, em um momento da história política e econômica de Alagoas, o protagonismo feminino não apenas no trabalho cotidiano do chão de fábrica, mas também em manifestações públicas.

Um passo necessário para entender esta dinâmica social é como se organizaram as vilas operárias, cuja disciplina visava controlar o cotidiano da vida privada dos trabalhadores da tecelagem:

Este tipo de relação criada e propagandeada pelos industriais, no entanto, serviu como modelo de comunidade industrial muito admirada pela própria burguesia, porque estes espaços eram tidos como o lugar onde predomina o discurso da promoção do abrigo moral e espiritual dos pobres e ex-desocupados; lugar este criado e mantido pela ordem (...) (FARIAS, 2012, p. 45)

Uma política higienista visa impor valores burgueses para os operários, no sentido de enquadrá-los como indivíduos aptos para alcançar a máxima produtividade. Visa-se controlar e domesticar cada aspecto da vida do trabalhador, tutorando o cotidiano desde as relações de trabalho, até as relações lúdicas, privadas e familiares. Porém, quando comparada às relações escravagistas ou desreguladas que cabiam ao pobre, há poucas décadas atrás, a vila operária poderia até representar certa melhora na qualidade de vida dessas pessoas.

Nos polos fabris, o trabalhador tinha casa com água encanada e tratada, esgoto, creche, posto de saúde, área para esportes, pavimentação, banda de música, festas, teatro, cinema e o melhor de tudo, escola. Sua qualidade de vida passava longe dos seus colegas do setor canavieiro ou das fazendas. Nessas cidades e comunidades operárias, até hoje, as pessoas falam com nostalgia daquela ‘era de ouro’ e seus antigos proprietários continuam sendo lembrados (TENÓRIO, 2019, p. 177).

Não se deve ignorar que as relações de trabalho no Brasil saíam de um sistema escravista de produção. A mão de obra da tecelagem, entre a periferia e cidades do interior, de um estado periférico é controlada por oligarquias locais. Um exemplo disso repousa no fato da União Mercantil produzir tecidos dez anos antes da Abolição da Escravatura (TENÓRIO; LESSA, 2013).

As aparentes vantagens civilizadoras na vila operária visavam reforçar o sentimento de orgulho nos operários, por pertencerem a um mundo em que, não apenas trabalhavam, mas também tinham atendidas necessidades relativas a direitos sociais que aproximavam, esse modelo de uso e ocupação do espaço ao que se propunha na Europa. Porém, deve-se considerar também como esse modelo produtivo controla e amortece as forças transformadoras e revolucionárias das classes populares. No documentário *Memória da vida e do trabalho*, uma operária da Fábrica fala sobre como o comércio era controlado:

Lá tinha o empório. Vendia fazenda na loja e eletrodoméstico, e na estiva vendia comida. E quando a gente recebia o dinheiro, não dava pra fazer a feira: comprava pouca coisa. Quando chegava dia de segunda-feira, a gente não tinha mais nada. Então a gente ia na fábrica, pedia um vale, eles davam aquele vale e a gente ia pra estiva comprar alguma coisa. (20 min., 1984)

Os trabalhadores tinham seus hábitos monitorados, pois produtos que não interessavam à Fábrica tinham a venda proibida na cidade. Evitavam-se bebidas alcoólicas e produtos considerados supérfluos. Não haveria mesmo oportunidade para que adquirissem fora do comércio local, uma vez que o controle sobre os preços fazia com que a Fábrica mantivesse os operários permanentemente endividados, em condições que são comparáveis, nos dias de hoje, a análogas à escravidão por endividamento forçado (FARIAS, 2012, p. 47).

Como se não bastasse o domínio moral e econômico, o bairro operário foi construído sob uma estrutura de semelhanças medievais. Houve medidas arquitetônicas para garantir barreiras naturais e artificiais para o isolamento dos trabalhadores.

(...) é construído entre duas barreiras naturais, uma vez que esta fábrica e seu correspondente núcleo fabril foram edificados categoricamente às margens da lagoa Mundaú e circundados por um morro de mata Atlântica, de onde ela consegue obter (devido suas nascentes) fonte de energia hidráulica necessária para mover suas maquinarias, ao mesmo tempo em que cria um obstáculo natural para entrada ou saída de pessoas “estranhas” no núcleo (...) (FARIAS, 2012, p. 51).

A dominação era exercida geograficamente, economicamente e moralmente, alcançando inclusive as crianças, no que diz respeito ao controle de atividades fora dos limites escolares. Estudava-se na escola da vila operária até a 5ª série.

É muito comum também encontrarmos nas falas dos operários que no núcleo fabril de Fernão Velho só havia escolarização até a 5ª série, não havendo possibilidade de continuação da formação escolar, já que era praticamente impossível conciliar trabalho e estudo: e os filhos de operários não tinham condições de prosseguir sua escolarização em outras localidades devido às dificuldades de transporte e às precárias condições orçamentárias da família operária, impossibilitando-a assim de manter um filho somente dedicado aos estudos. [...] Ao completar a idade para o trabalho, a família operária era obrigada a empregar seu filho dentro da fábrica para complementar a renda doméstica. (FARIAS, 2012, p. 68-9).

A despeito de todo esse controle, foi no ambiente das vilas operárias têxteis que primeiro se organizou um jornal comunista chamado *A Voz do Povo*, que, por menor que fosse sua tiragem atingia seu público-alvo. Era voltado ao proletariado alagoano e, por isto, circulava entre cidades com fábricas têxteis. O jornal tornou-se a forma não oficial para trabalhadores compartilharem suas insatisfações e pleitearem seus direitos. De forma mais contemporânea, o veículo, serve como uma fonte importante para pesquisas que se dedicam a entender o *ethos* social das fábricas e a militância operária por melhores condições de trabalho e de vida.

Sobre a participação efetiva das mulheres nas fábricas têxteis, Lessa e Tenório ouviram de Dona Guiomar Oliveira: “O povo de São Miguel se achava importante, mas nós também botávamos o nariz empinado para eles. Nós nos achávamos mais importantes porque tínhamos o poder do trabalho” (TENÓRIO; LESSA, 2013, p. 81).

Dona Guiomar completa afirmando que, com seu dinheiro, podia pescar sozinha, fazer as próprias compras, com grande número de mulheres operárias como companheiras de trabalho. Homens eram em menor número nas fábricas de algodão de Alagoas e havia grande união entre os moradores das vilas, que reuniam centenas de casas.

Tenório e Lessa coletaram o depoimento de Maria da Purificação, que foi tecelã na Fábrica Sebastião Ferreira: “os maridos não gostavam quando as mulheres recebiam mais no fim do mês, se sentiam desmoralizados e reclamavam da fábrica” (TENÓRIO; LESSA, 2013, p. 78). Era comum a violência doméstica, devido a mulheres que se recusavam a entregar seus salários para o marido ou o pai. Outras mudanças de costumes também ocorriam, com os homens, ainda ligados à sazonalidade da indústria sucroalcooleira, abandonando suas companheiras para constituir novas famílias em outras cidades, morrendo precocemente pelas condições de trabalho no campo, fazendo com que

por múltiplas razões as mulheres da tecelagem fossem cada vez mais independentes da dominação masculina.

Elas pagaram seu preço, é verdade, mas foram sem dúvida, iniciadoras libertárias de uma variação de papéis na sociedade. E o homem também foi afetado com a mudança, pois para conviver com ela é preciso passar pela ordem do sensível. Vivenciam-se, de forma intensa, as sociabilidades urbanas. (...) Operárias são atraídas por novas propostas de vestuário, simples, mas diferente das roupas mais austeras. Participam de eventos religiosos, culturais e sociais, algumas vezes em papéis de gerenciamento. Começam a gostar de festas, de esportes, lazer e viagens a outros centros operários. O homem não se recusa mais a namorar ou até mesmo a casar com uma mulher que já teve outro parceiro, ou outros. (...) As águas industrialistas das vilas operárias batem de maneira suave, mas firme, na dura pedra da tradição agrária com seus rígidos costumes e vão cavoucá-la para fazer nascer uma cultura mais burguesa e questionadora (TENÓRIO; LESSA, 2013, p. 79).

De fato, desde os anos 1950, torna-se frequente a contestação e os embates por melhores condições de vida. Para isto, ele analisou atas das assembleias promovidas pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Têxtil de Fernão Velho para concluir:

Nas atas, há vários registros de debates sobre a saúde dos trabalhadores e a assistência médica. Podemos perceber que os problemas de saúde eram graves, o que se comprova pelo fato de o sindicato ter comprado uma ambulância e um consultório dentário, além de contratar médico e dentista. A alta incidência de tuberculose, que mobiliza os trabalhadores na organização de fundos para amparar os atingidos pela doença e a prática de o sindicato doar remédios aos seus associados demonstra que o atendimento médico oferecido pela fábrica era residual e não primava por ter um caráter preventivo e sistemático. Aparecem também outros problemas sociais, principalmente no que se refere ao salário e ao desrespeito às leis trabalhistas (LESSA, 2013, p. 159-160).

A capacitação para utilização das máquinas necessárias, a presença do jornal *A Voz do Povo* e as reuniões sindicais, organizando e conscientizando o chão de fábrica em torno de seus direitos, transformaram o operariado têxtil numa classe trabalhadora mais consciente, em contraste com os trabalhadores da indústria da cana-de-açúcar.

As novas tecnologias produtivas de mercadorias trouxeram, também, novas tecnologias sociais, técnicas culturais fora do imaginário cultural das mulheres que viviam para o campo e para o ambiente doméstico, atendendo necessidades de maridos e filhos.

A rotinização da vida a partir de horários definidos pelas máquinas guardava enorme distinção da rotina irregular de trabalho agrícola de gerações anteriores de mulheres. Como resume bem Dirceu Lindoso, a padronização “da vida nas vilas operárias correspondia à padronização do trabalho nas fábricas” (LINDOSO, 2015, p. 68). Em resumo, as mulheres percebiam-se livres daquela condição doméstica e agrária, a partir das máquinas, mas, ainda sentiam-se insatisfeitas com as condições produtivas derivadas do trabalho reproduzido a partir das mesmas máquinas.

Com a consciência de classe e novas oportunidades para entender o mundo e as injustiças que o trabalho produzia sobre seus corpos, não seria surpreendente que as mulheres se mobilizassem contra as formas de opressão existentes. Foi o que aconteceu em 1962.

A GREVE DAS MULHERES DE FERRO

Antes de iniciar o relato da greve, vale expor por quais razões as indústrias têxteis da região estavam sendo constrangidas, a ponto de obrigar os trabalhadores a aumentar a produtividade pelo mesmo salário. Podemos assumir, a princípio, que se tratou de um fenômeno global com consequências na produção regional do algodão e que vai determinar o fim dessa indústria na região Nordeste. O primeiro constrangimento vem da qualidade maior e custo menor do algodão produzido no Egito e sul da Ásia, exportado para a Europa de forma vantajosa para os centros industrializados. Outro fator externo diz respeito a reestruturação da produção de algodão estadunidense que vem aumentando sua capacidade produtiva ao longo de todo o século XX. Porém, são as razões internas, de escala nacional que terão maior peso nessa balança.

Em 1933, o Instituto do álcool e açúcar (IAA), controlado em partes pelos usineiros nordestinos, visou implementar a agroindústria açucareira e intermediar os interesses do Nordeste e Sudeste, através das cotas produtivas. Controlado por usineiros nordestinos o IAA, reafirmou a produção e comercialização interna/externa do açúcar nordestino. Por outro lado, garantiu o mercado consumidor Sudeste, diante do crescimento populacional, a exceção de São Paulo (OLIVEIRA, 2018).

A produção açucareira força suas fronteiras por sobre a economia de subsistência, na qual se encontrava o cultivo do algodão, cujos poderosos proprietários de terra se veem forçados a aderir à cana-de-açúcar ou vender suas terras. O resultado é

o fim dessa cultura, gerando por um lado pressão sobre as fábricas têxteis que dependiam da matéria prima e do outro, com impactos sociais incalculáveis, o êxodo rural em direção às capitais, de milhões de trabalhadores rurais, que trabalhavam em grandes e médias propriedades como meeiros, pesando sua colheita. De fato, a complexidade dos fatores que derrubaram a indústria têxtil no Nordeste, começa, de forma endógena, ainda na colheita e beneficiamento do algodão.

Na batalha do algodão, porém, nem os poderosos donos de terra contam vitórias, um ardil habilmente posto em prática, por companhias de fora, desde o tempo em que o algodão despontava como riqueza do polígono, logo acabou com a euforia de ricos e pobres que atuavam uns plantando e colhendo, outros beneficiando e exportando. Essas companhias vieram para o sertão e começaram a elevar de tal forma os preços de compra aos plantadores que esses ingenuamente passaram a preferi-las em prejuízo dos usineiros locais. O resultado não se fez esperar, sem poder acompanhar os altos preços dos concorrentes de experiência internacional, as mais arrojadas firmas sertanejas foram levadas à falência e arruinadas. Desfizeram-se dos modestos mecanismos com que enfrentaram a astúcia e o poder das companhias de fora. Após isso, os preços foram violentamente abaixados atingindo também os incautos plantadores. Os sertanejos que ainda possuem usinas remanescentes dessa manobra seguem como vassallos das grandes companhias que reinam soberanas, mesmo hoje com as fibras sintéticas ameaçando seus negócios. (O PAÍS DE SÃO SARUÊ, 83 minutos, Brasil, 1979)

Em agosto de 1962 começou uma greve na Fábrica Carmen, no distrito operário de Fernão Velho, em Maceió. Exigia-se que o número de teares por trabalhador passasse de quatro para seis máquinas. Apesar de ter ocorrido uma reunião para tentar negociar com os proprietários, nenhum entendimento foi possível.

José Conrado, na condição de presidente do sindicato laboral, comunicou após uma assembleia ser realizada que, se em 48 horas a indústria não voltasse à determinação dos quatro teares, a greve seria instaurada. A empresa, para apresentar uma nova proposta, mudou para cinco teares em vez do número anterior, o que foi rejeitado.

Airton de Souza Melo, tendo analisado as atas de reuniões do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho (STFV), não encontrou os nomes de operárias na diretoria nem presidência. Apesar desta constatação, havia sempre operárias nas reuniões, segundo trabalhadores da época entrevistados. Não era uma prática infame apenas daquela instituição; afinal, quando eram abordadas delegações de outros sindicatos, têxteis e de outras categorias profissionais, não havia participação feminina registrada (MELO, 2019).

Foi fundamental para a pesquisa de Melo o depoimento concedido em agosto de 2010 por Ruben Ângelo. Ele foi advogado de diversos sindicatos e do STFV. Em seu relato, ele afirmou que “as mulheres eram valentes e que presenciou essas mulheres puxarem o movimento grevista de 1962” (MELO, 2019, p. 4).

Porém, há o registro de um precedente relevante, que mostra a união das mulheres anos antes da greve:

No dia 21 de fevereiro de 1958, Adalgiza Roberto da Silva e mais outras 14 operárias, representadas pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho, formalizaram uma reclamação trabalhista na Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ)/Maceió – 6.^a Região, que se localizava no bairro do Centro de Maceió. Solicitavam o cumprimento de licença-maternidade conforme o artigo n.º 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (...) (TAVARES, 2013, p. 125).

Já existia uma franca insatisfação com os salários. Em vez da remuneração ser atualizada de acordo com o salário mínimo regional ou equiparado à média salarial nacional, ocorre o oposto e, em nome dos constrangimentos da produção, é proposto um regime de intensificação do trabalho, obrigando as tecelãs a serem responsáveis pela operação de mais teares.

Havia na reunião delegações de fábricas de Rio Largo e representantes de outras fábricas de Maceió além de um deputado estadual. Foram as tecelãs da Fábrica Carmen que rejeitaram as propostas da fábrica. Zezinha, como a operária Maria José era conhecida, foi uma das que assumiram uma posição de liderança determinando, com unanimidade das mulheres, que elas não trabalhariam até quarta-feira, o dia 22, ou por tempo indeterminado se a gerência não atendesse suas exigências, salariais e sobre o não aumento no número de máquinas por pessoa.

Ângelo não foi o único a prestar depoimento, no que tomaria o lugar de fala das reais protagonistas do conflito, as tecelãs. A operária J.A. relatou que “pegaram o vigia de surpresa e trancaram a porta da fábrica logo pela manhã, para impedir a entrada dos operários, mas com as ameaças dos mestres muitos operários entraram na fábrica” (MELO, 2019, p. 9). Mesmo tendo conseguido entrar, não o fizeram em número suficiente para impedir a greve. Com esta iniciativa, as tecelãs se posicionaram contra a vontade do mestre geral e do presidente do sindicato que defendia a Fábrica.

Esta oposição a dirigentes pode explicar por que, três dias após a greve, três operárias foram presas durante o expediente, quando foram retiradas das máquinas pela polícia sob determinação da Fábrica. Segundo Costa: “Inesperadamente, e para surpresa de todos, carros da Rádio Patrulha estiveram durante a segunda e terça-feira passadas em Fernão Velho, como que à espera de algo de anormal ou para coagirem as operárias” (COSTA, 2010).

A operária Maria José afirmou que a comunidade e o padre Cabral intervieram para a liberação das operárias.

(...) mandou prender eu, a zezé Cabral e D. Maria. Só porque a gente falava o que tava acontecendo. Não se falava da fábrica, do gerente, de ninguém. Apenas a gente contava nossas dores que tava ocorrendo e por causa disso fizeram isso com a gente. A gente tava trabalhando e chegou e parou o carro na porta da fábrica e levou a gente... Lá também a gente continuava calada, chegava um dizia uma coisa, chegava intimidando (LESSA; SANTOS *apud* MELO, 2019, p. 10-1).

O sofrimento das trabalhadoras não se encerrou com a humilhação da prisão diante de colegas de trabalho. Depois de passarem três dias presas, a Fábrica exigiu que pedissem demissão. As operárias grevistas se recusaram e, por isso, sofreram por anos intimidações dos contramestres da fábrica. Melo (2019) na introdução de sua tese aproveita para confidenciar que não foi possível perguntar sobre detalhes da prisão, pois Maria José sentia-se humilhada e não ficava à vontade para recordar aqueles fatos.

Apesar da invisibilidade imposta às mulheres grevistas, pelos próprios relatos e registros do episódio, a liderança das trabalhadoras foi tão relevante que todos os depoimentos coletados por Melo fazem menção às prisões das três mulheres.

(...) Nesse período todinho de trabalho, veja o que foi que nós passamos ali dentro. Na tecelagem trabalhava com quatro tear, depois passou para seis tear; uma pessoa só pra dá conta e acontecia muitas coisas. Cada um que vinha dizia uma coisa, aí começou aquela luta, aí fizeram uma reunião no Sindicato, aí eu fui pra falar pelas pessoas, porque isso a gente tem que saber que tem que falar a verdade, não a mentira. A verdade tem que ser dita. De tudo que se falou foi verdade, não foi nada de mentira. Aí, com poucos tempos, a fábrica com raiva mandou prender a gente. Mandou prender eu, a Zezé Cabral... eu sei que foram quatro mulheres (...). a dona Maria, a Zezé, que já morreu. (...) só porque a gente falava o que tava acontecendo. Não falava assim da fábrica, dos gerentes, nem de ninguém, apenas a gente contava as nossas dores, o que tava ocorrendo; e por causa disso fizeram isso com a gente, a gente tava trabalhando e chegou, parou um carro na porta da

fábrica e levou a gente. Lá a gente também continuava calada, chegava um dizia uma coisa, chegava outro dizia uma coisa, intimidando... não tinha nemo que dizer. O que a gente dizia era o que dizia aí, que não ofendeu ninguém, mas eles acharam que ofendeu. Aí ficamos lá [de frente ao quartel da polícia]. Aí a gente ficou lá, só caladinha, passamos três dias (LESSA *apud* FARIAS, 2012, p. 105).

Em narrativas indignadas como esta é preciso perceber que a consciência de classe não era formada por partidos ou pelo sindicato que as rejeitava. Elas contavam umas com as outras, frente a omissão dos homens que dirigiram as instituições que as representariam:

É importante frisar que estas operárias viviam exclusivamente do trabalho, da casa e do salário que a fábrica lhe oferecia e ainda assim mantiveram a resistência frente a imposição da fábrica. A mesma trabalhadora afirma: “(...) Eu só fui porque houve incentivos e não tinha ninguém que quisesse ir, nem homem, nem os homens queriam ir, com medo, com medo. Eu disse: tá certo, eu vou. Aí fui eu, foi a Zezé e foi a dona Maria (...)” (MELO, 2019, p. 105).

O episódio da greve, tendo mulheres como protagonistas, demanda uma aposta na mudança de hábitos, uma aposta com base na herança daqueles tempos. Não se trata de otimismo excessivo. Golbery Lessa apresenta uma fotografia de dez anos após a greve em que há uma maioria feminina em um curso de formação sindical, em Fernão Velho:

Figura 3. Curso de formação sindical em Fernão Velho em 1972



Fonte: LESSA, 2013, p. 159

Na imagem, os homens aparecem em segundo plano. Trata-se de um sindicato em que as mulheres, dez anos antes, participavam das assembleias sem registro nas atas e sem voto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A organização societária das vilas operárias trouxe a possibilidade das mulheres se unirem com práticas e objetivos comuns, fora do espaço da vida doméstica, favorecendo a produção de novas formas de sociabilidade e troca de informações. Informativos como o jornal *A Voz do Povo* tornavam-se, neste contexto, instrumentais para mudanças radicais de hábitos. Não se quer afirmar que a militância seria um resultado natural, uma condição direta em relações causais, mas que, a partir dessa prática, surgiram novas alternativas para as mulheres historicamente subalternizadas nas relações patriarcais de gênero.

É importante a conexão com os estudos entre tecnologia e gênero como propostos por Donna Haraway (2019), pois ela mostra como as mudanças nas relações de produção e nos meios de comunicação se incorporam, historicamente, às práticas culturais. As lutas por emancipação econômica mostram-se evidentes no intervalo de apenas uma geração no caso das mulheres operárias. Seria relevante, a produção de novos estudos para conferir, meio século depois, que perfil de novas lideranças estaria em curso ou, ao contrário, se a falência da sociedade do trabalho, principalmente, do setor industrial, levou consigo a possibilidade de empoderamento da mulher, organizado em torno de questões de trabalho e gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Luiz Sávio de. Breve reflexão sobre a mulher na indústria têxtil: Alagoas – 1920. In: **Notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas**. Maceió: Edufal, 2006, p. 83-8.

COSTA, Rodrigo José. Trabalhadores, greves, campanhas e repressão em Alagoas (1961-1964). **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 5, n. 10, p. 125-144, jul-dez 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-9222.2013v5n10p125>.

FARIAS, Ivo dos Santos. **Dominação e resistência operária no núcleo fabril de Fernão Velho/AL (1953-1962)**. Dissertação para obtenção do título de Mestre em Sociologia. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2012.

FARIAS, Ivo dos Santos. **Nossa casa é do patrão**: dominação e resistência operária no núcleo fabril de Fernão Velho – Maceió/AL. Curitiba: Appris, 2014.

FARIAS, Ivo dos Santos. **Os fios tecidos da memória**: a reconstrução do passado fabril de Fernão Velho (Maceió-AL): do início dos anos 1950 a 1962. Tese para título de doutor em Ciências Sociais. Marília: Universidade Estadual de São Paulo, 2017.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS. **Trajetória da indústria em Alagoas**: 1850-2017. Maceió: FIEA; Instituto Euvaldo Lodi, 2018.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, n. 22, p. 201-246, 2004. ISSN: 0104-8333.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 157-212.

LESSA, Golbery Luiz. Trama da memória, urdidura do tempo: ethos e lugar dos operários têxteis alagoanos. In: TENÓRIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery Luiz. **O ciclo do algodão e as vilas operárias**. Maceió: Sebrae, 2013, p. 101-183.

LIMA, Jorge de. Mulher proletária. In: **Novos poemas ; Poemas escolhidos ; Poemas negros**. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1997. Disponível em: http://www.ep.com.br/livros_vest/poemas_jorge_de_lima.pdf. Acesso em 20 nov. 2019.

LINDOSO, Dirceu. **Interpretação da província**: estudo da cultura alagoana. Maceió: Edufal, 2015.

MELO, Airton de Souza. Mulheres de ferro: o silêncio das atas e a memória da participação feminina no movimento operário têxtil de Maceió – a greve em 1962. **Anais do XXX Simpósio Nacional de História**, Recife, 2019.

MELO, Airton de Souza; MOURA, Anderson Vieira. Uma greve espontânea em Fernão Velho: comissão operária, justiça do trabalho e repressão patronal. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, São Paulo, jul 2011.

Memória da vida e do trabalho. Direção: Celso Brandão. Documentário, 20 min, Brasil, 1984.

OLIVEIRA, Eric Nilson da Costa. A Economia do Algodão No Nordeste Brasileiro. **VI Congresso Sergipano de História & VI Encontro Estadual de História da ANPUH-SE**, Aracaju, out. 2018. Disponível em: http://www.encontro2018.se.anpuh.org/resources/anais/8/1540860966_ARQUIVO_AEconomiadoAlgodaoNoNordesteARTIGO.pdf. Acesso em: 21 mar. 2020.

O País de São Saruê. Dir. Vladimir Carvalho, Documentário, 83 minutos, Brasil, 1979.

SILVA, Bruno Bianchi Gonçalves da. **Indústria têxtil no Nordeste**: a experiência de Alagoas e Sergipe. Dissertação de Mestrado em Geografia. Maceió: UFAL, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/5199>. Acesso em 26 set 2019.

TAVARES, Marcelo Góes. **Do tecer da memória ao tecido da história**: operários, trabalho e política na indústria têxtil em Fernão Velho (Maceió, AL, 1943-1961). Tese de Doutorado em História. Recife: UFPE, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/23342>. Acesso em 19 set 2019.

TENÓRIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery Luiz. **O ciclo do algodão e as vilas operárias**. Maceió: Sebrae, 2013.

RECEBIDO EM: 18/05/2020

PARECER DADO EM: 29/09/2020



www.revistafenix.pro.br